

ING Bank N.V.
(Filial de São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
Consolidadas do Conglomerado
Prudencial
em 31 de dezembro de 2016 e
2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstração de resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício de 2016 o Conglomerado Prudencial apresentou lucro de R\$ 11,8 milhões, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 66.1 milhões. As demonstrações financeiras individuais encontram-se disponíveis no site do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) na internet, no endereço <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Índice de Basileia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 21,6%.

Gerenciamento de Risco: O Banco possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço citado acima.

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 30 de março de 2017.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial São Paulo) (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do ING Bank N.V. (Filial São Paulo) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - Bacen. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O ING Bank N.V. (Filial São Paulo) elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 27 de março de 2017.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 29 de março de 2016, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do ING Bank N.V. (Filial São Paulo) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas



controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

ING BANK N.V. (Filial de São Paulo)
CNPJ: 49.336.860/0001-90

Balancos patrimoniais Consolidados
 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Ativo		
Circulante	10.558.948	9.004.700
Disponibilidades	42.428	8.596
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.806.810	1.220.064
Aplicações no mercado aberto	2.541.291	1.099.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	265.519	120.065
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.799.047	989.199
Carteira própria	1.332.714	304.710
Vinculados a compromissos de recompra	72.252	-
Vinculados à prestação de garantias	91.114	298.900
Instrumentos financeiros derivativos	302.967	385.589
Relações interfinanceiras	1.570	7.554
Créditos vinculados:		
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.443	7.456
Correspondentes	127	98
Operações de crédito	486.082	375.104
Operações de crédito - setor privado	562.515	375.377
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(76.433)	(273)
Outros créditos	5.422.524	6.403.661
Carteira de câmbio	5.381.379	6.321.420
Rendas a receber	433	383
Negociação e intermediação de valores	-	39.214
Diversos	65.685	42.644
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(24.973)	-
Outros valores e bens	487	522
Despesas antecipadas	487	522
Realizável a longo prazo	581.012	642.218
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	92.276	101.796
Carteira própria	8.053	-
Vinculados ao compromisso de Recompra	504	-
Vinculados à prestação de garantias	75.212	97.718
Instrumentos financeiro derivativos	8.507	4.078
Operações de crédito	79.320	374.612
Operações de crédito - setor privado	79.320	374.612
Outros créditos	409.416	165.810
Carteira de câmbio	215.900	-
Diversos	193.516	165.810
Permanente	2.464	2.558
Investimentos	507	507
Outros investimentos	507	507
Imobilizado de uso	1.903	1.956
Outras imobilizações de uso	12.294	11.794
(-) Depreciações acumuladas	(10.391)	(9.838)
Intangível	54	95
Ativos Intangíveis	385	378
(-) Amortização acumulada	(331)	(283)
Total do ativo	11.142.424	9.649.476

ING BANK N.V. (Filial de São Paulo)
CNPJ: 49.336.860/0001-90

Balancos patrimoniais
 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Passivo		
Circulante	9.986.295	8.242.957
Depósitos	1.708.729	240.439
Depósitos à vista	455	2.714
Depósitos interfinanceiros	45.030	50.793
Depósitos a prazo	1.663.244	186.932
Captações no mercado aberto	72.036	-
Carteira própria	72.036	-
Relações interdependências	17.591	106.130
Recursos em trânsito de terceiros	17.591	106.130
Obrigações por empréstimos	4.716.836	5.245.252
Empréstimos no exterior	4.716.836	5.245.252
Instrumentos financeiros derivativos	428.188	109.956
Instrumentos financeiros derivativos	428.188	109.956
Outras obrigações	3.042.915	2.541.180
Carteira de câmbio	2.917.965	2.426.586
Fiscais e previdenciárias	34.418	55.198
Negociação e intermediação de valores	1.904	46
Diversas	88.629	59.350
Exigível a longo prazo	372.666	527.500
Depósitos	35.598	174.242
Depósitos a prazo	35.598	174.242
Depósitos Interfinanceiros	-	-
Obrigações por empréstimos	-	195.210
Empréstimos no Exterior	-	195.210
Instrumentos financeiros derivativos	7.639	69.336
Instrumentos financeiros derivativos	7.639	69.336
Outras obrigações	329.429	88.712
Carteira de câmbio	221.025	-
Fiscais e previdenciárias	90.302	82.858
Diversas	18.102	5.854
Resultados de exercícios futuros	5.956	7.002
Resultados de exercícios futuros	5.956	7.002
Patrimônio Líquido	777.507	872.017
Capital:		
De domiciliados no exterior	503.364	503.364
Reserva de capital	2.460	2.276
Reserva de lucros	271.682	366.377
Total do passivo	11.142.424	9.649.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ING BANK N.V. (Filial de São Paulo)
CNPJ: 49.336.860/0001-90

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	2016		2015
	Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	247.276	(449.622)	2.457.269
Operações de crédito	43.498	57.178	146.054
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	201.202	392.444	287.888
Resultado de operações de câmbio	2.576	-	1.496.985
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	526.342
Despesas de intermediação financeira	(260.087)	(436.578)	(2.300.174)
Operações de captação no mercado	(48.566)	(99.698)	(136.214)
Operações de empréstimos e repasses	(78.355)	1.246.147	(2.164.918)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(41.850)	(521.826)	-
Resultado operações de câmbio	-	(939.263)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91.316)	(121.938)	958
Resultado bruto da intermediação financeira	(12.811)	(13.044)	155.938
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.526)	(41.600)	(43.527)
Receitas de prestação de serviços	12.222	22.125	15.901
Despesas de pessoal	(36.492)	(56.710)	(41.740)
Outras despesas administrativas	(14.647)	(29.101)	(28.651)
Despesas tributárias	(7.005)	(12.041)	(13.400)
Outras receitas operacionais	22.295	40.755	30.977
Outras despesas operacionais	(3.899)	(7.478)	(6.614)
Resultado operacional	(40.337)	(29.406)	113.568
Resultado não operacional	-	33	3
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(40.337)	(29.373)	113.571
Imposto de renda e contribuição social	46.625	41.190	(46.014)
Imposto de renda	(6.184)	(11.607)	(12.348)
Contribuição social	(5.266)	(7.799)	(15.735)
Ativo fiscal diferido	55.083	60.596	(22.678)
Participação dos empregados nos lucros	-	-	(1.451)
Lucro líquido do semestre/exercício	6.288	11.817	66.106
Juros sobre capital próprio	(65.401)	(65.401)	(52.203)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ING BANK N.V. (Filial de São Paulo)
CNPJ: 49.336.860/0001-90

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

Eventos	Capital social		Reserva de lucros		Reservas especiais	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva de capital	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	503.364	1.699	44.146	276.207	10.023	-	835.439
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	98.226	98.226
Reserva legal	-	-	4.912	-	-	(4.912)	-
Outras reservas	-	577	-	-	-	-	577
Dividendos	-	-	-	-	31.088	(41.111)	(10.023)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(52.202)	(52.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	503.364	2.276	49.058	276.207	41.111	-	872.017
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.817	11.817
Constituição de reserva legal	-	-	1.418	-	-	(1.418)	-
Reserva estatutária	-	-	-	(55.001)	-	55.001	-
Outras reservas	-	184	-	-	-	-	184
Dividendos pagos	-	-	-	-	(41.111)	-	(41.111)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(65.400)	(65.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	503.364	2.460	50.476	221.206	-	-	777.507
Saldos em 30 de junho de 2016	503.364	2.460	49.520	276.207	-	5.068	836.619
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	6.288	6.288
Constituição da reserva legal	-	-	956	-	-	(956)	-
Reserva estatutária	-	-	-	(55.001)	-	55.001	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(65.400)	(65.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	503.364	2.460	50.476	221.206	-	-	777.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ING BANK N.V. (Filial de São Paulo)
CNPJ: 49.336.860/0001-90

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	2016		2015
	Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	97.946	134.661	98.483
Lucro líquido do semestre/exercício	6.288	11.817	98.226
Depreciações e amortizações	342	722	638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	91.316	121.938	(958)
Outras reservas	-	184	577
Varição de ativos e passivos	1.615.096	2.446.171	336.563
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	431.053	(25.033)	(188.275)
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras	(207.199)	(145.454)	(56.136)
(Aumento) em relações interfinanceiras	12.554	5.984	(4.219)
Redução (Aumento) em operações de crédito	110.410	260.475	(200.842)
Redução (Aumento) em outros créditos	(249.759)	762.504	(2.878.292)
Redução (Aumento) em outros valores e bens	(12)	35	(149)
Aumento (Redução) em depósitos	1.286.901	1.329.646	(312.464)
Aumento em captações no mercado aberto	5.036	71.536	-
(Redução) em recursos de aceite e emissão de títulos	-	-	(46.708)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos	(56.502)	(723.626)	2.410.213
Aumento (Redução) em relações de interdependências	6.878	(88.539)	100.662
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(201.864)	256.534	134.818
Aumento em outras obrigações	476.335	743.155	1.381.005
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	1.265	(1.046)	5.950
Caixa líquido originado em atividades operacionais	1.713.042	2.580.832	435.046
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	226	500	190
Aquisição de intangível	6	6	32
Caixa líquido originado em atividades de investimento	232	506	222
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	(65.400)	(65.400)	(52.202)
Dividendos pagos	-	-	(7.009)
Caixa (aplicado) em atividades de financiamento	(65.400)	(65.400)	(59.211)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.647.874	2.515.938	376.057
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.976.659	1.108.595	732.538
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3.624.533	3.624.533	1.108.595
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.647.874	2.515.938	376.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e a ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (doravante denominados por “Grupo”) são empresas investidas do ING Bank N.V. de Amsterdã.

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com a estratégia do ING Group, a Corretora não tem realizado as atividades relacionadas ao seu objeto social.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial das entidades:

Empresas	Atividades
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- **Hedge de fluxo de caixa** - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f. Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

g. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre/exercício.

i. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no período entre 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015 e a partir de 01 de setembro de 2015 a 20%, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. A majoração da alíquota aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j. Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k. Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

- **Risco de mercado** - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do “*Value at Risk*”, aplicação de “*Stress Testing*” com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

- **Risco de crédito** - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.
- **Risco de liquidez** - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.
- **Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

- **Gerenciamento de capital** - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	42.428	8.596
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.806.810	1.099.999
Títulos e valores mobiliários	775.295	-
Total	<u>3.624.533</u>	<u>1.108.595</u>

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$2.541.291 (R\$1.099.999 em 2015) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

2016					
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	775.294	548.195	8.053	1.331.542	1.330.864
Notas do Tesouro Nacional	9.225	-	-	9.225	9.224
	784.519	548.195	8.053	1.340.767	1.340.088
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Vinculados à Recompra Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	72.252	504	72.756	72.733
	-	72.252	504	72.756	72.733
Vinculados à prestação de garantias Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	6.789	84.325	75.212	166.326	164.759
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
	6.789	84.325	75.212	166.326	164.759
2015					
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	186.982	17.260	-	204.242	204.112
	186.982	17.260	-	204.242	204.112
Mantidos até o vencimento					
Debêntures	100.468	-	-	100.468	100.468
	100.468	-	-	100.468	100.468
Vinculados à prestação de garantias Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	284.898	97.718	382.616	393.836
Notas do Tesouro Nacional	-	14.002	-	14.002	14.449
	-	298.900	97.718	396.618	408.285

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Os títulos privados encontravam-se custodiados no Banco BNP Paribas Brasil S.A.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&FBOVESPA), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, BM&FBOVESPA ou agente de mercado.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2016				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Ativo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	64	78.661	-	78.725	76.795
-Taxa de juros	-	5.895	4.949	10.844	3.861
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	190.727	27.620	3.558	221.905	212.662
Totais por faixa de vencimento em 2016	190.791	112.176	8.507	311.474	293.318
Totais por faixa de vencimento em 2015	195.271	190.318	4.078	389.667	375.677

Instrumentos financeiros derivativos	2016				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Passivo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(26.420)	(1.105)	-	(27.525)	(31.037)
-Taxa de juros	(1.808)	(1.944)	226	(3.526)	3.982
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(159.403)	(236.439)	(7.865)	(403.707)	(382.596)
Outros	(1.069)	-	-	(1.069)	1.069
Totais por faixa de vencimento em 2016	(188.700)	(239.488)	(7.639)	(435.827)	(408.582)
Totais por faixa de vencimento em 2015	(83.758)	(26.198)	(69.336)	(179.292)	(150.182)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados, e cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	Futuros	Termo	Swap	Total
Negociação				
Moeda estrangeira	721.965	9.102.686	595.832	10.420.483
Taxa de juros	10.609.325	-	817.784	11.427.109
Hedge - risco de mercado				
Taxa de juros	105.351	-	-	105.351
Total 2016	11.436.641	9.102.686	1.413.616	21.952.943
Total 2015	8.461.239	6.107.218	1.619.376	16.187.833

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA, foram requeridas margens no valor de R\$159.536 (R\$389.849 em 2015), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até julho 2018. O item objeto de hedge representado por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e possuem vencimento em até agosto de 2018, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos da operação-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste Mtm
Instrumento de hedge			
Futuros - DI	(86.813)	(105.351)	(18.538)
Objeto de hedge			
Operações de crédito	86.000	100.408	17.964

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2016	2015
Futuros	(482.060)	(62.568)
Swaps	271.578	(137.742)
Termo	(311.084)	727.652
Outros	(260)	-
Total	<u>(521.826)</u>	<u>526.342</u>

8 Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a. Setor de atividade

Operações de crédito

Setor Privado	2016	2015
Indústria (*)	417.425	534.955
Comércio	-	47.244
Outros serviços	224.370	167.783
Pessoas físicas	40	6
Total	<u>641.835</u>	<u>749.988</u>

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 1.795 (R\$ 3.308 em 2015).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	2016	2015
Indústria	1.520.229	2.112.814
Comércio	916.479	1.350.582
Outros serviços	198.476	-
Total	2.635.184	3.463.396

b. Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		2016	2015	2016	2015
AA	0%	-	-	2.196.373	4.207.604
A	0,5%	2.630	-	526.089	-
B	1%	2.312	-	231.216	-
C	3%	-	273	-	9.088
E	30%	96.464	-	321.545	-
Total		101.406	273	3.275.223	4.216.692

c. Vencimento

Vencimento	2016	2015
A vencer até 90 dias	991.834	786.513
A vencer de 91 a 360	2.185.064	3.046.899
A vencer acima de 360	98.325	383.280
Total	3.275.223	4.216.692

d. Movimentação da provisão

Provisão	2016	2015
Saldo Inicial	273	2.054
Constituição	319.134	4.488
Reversão	(218.001)	(6.269)
Saldo final	101.406	273

Em 31 de dezembro de 2016 há operações renegociadas no montante de R\$ 248.249.

9 Carteira de câmbio

	2016	2016	2015
	Circulante	Longo Prazo	Circulante
Ativo			
Câmbio comprado a liquidar	3.876.859	108.248	4.760.491
Direitos sobre venda de câmbio	1.451.137	107.652	1.512.106
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	53.383	-	48.823
Total	5.381.379	215.900	6.321.420
Passivo			
Câmbio vendido a liquidar	1.385.193	113.373	1.600.536
Obrigações por compra de câmbio	2.085.576	2.136.649	4.240.623
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(552.804)	(2.028.997)	(3.414.573)
Total	2.917.965	221.025	2.426.586

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	34.457	32.805	16.875	9.566
Impostos a compensar	26.369	1.572	18.834	7.243
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	6	158.316	-	131.765
Adiantamentos a funcionários e terceiros	179	25	182	-
Títulos e créditos a receber	-	-	-	11.441
Devedores diversos país	4.675,38	797,06	6.753	5.795
Total	65.685	193.516	42.644	165.810

11 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito a vista	455	-	-	-	455
Depósito interfinanceiros	-	45.030	-	-	45.030
Depósito a prazo	-	1.092.610	570.634	35.598	1.698.842
Captações no mercado aberto	-	72.036	-	-	72.036
	-	-	-	-	-
Total por faixas de vencimento em 2016	455	1.209.676	570.634	35.598	1.816.363
Total por faixas de vencimento em 2015	2.714	61.581	176.144	174.242	414.681

12 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 822.188 (US\$ 1.038.110 em 2015) que representa R\$ 2.679.099 (R\$ 4.097.202 em 2015), a taxa de juros de até 7% ao ano e vencimentos até outubro de 2017, e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 625.360 (US\$ 344.000 em 2015) que representa R\$ 2.037.737 (R\$ 1.343.260 em 2015) com vencimentos até junho de 2017.

13 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	13.072	-	11.185	-
Imposto de renda e contribuição social	19.407	-	22.296	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 15.c)	-	78.505	2	82.858
Impostos e contribuições diferidos	1.939	11.797	21.715	-
Total	34.418	90.302	55.198	82.858

14 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Juros sobre capital próprio	55.591	-	44.451	-
Provisão para despesas de pessoal	9.234	2.123	8.140	1.780
Provisão para contingências (Nota 15b)	-	10.964	-	3.616
Provisão para perdas com avais e fianças	21.627	-	823	-
Diversos	2.177	5.015	5.936	458
Total	88.629	18.102	59.350	5.854

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a. **Ativos contingentes:** em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b. **Passivos contingentes:** a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2015	Adições	Baixas/Reversões	31/12/2016
Trabalhistas	3.616	11.229	(3.881)	10.964
Total	3.616	11.229	(3.881)	10.964

	31/12/2014	Adições	Reversões	31/12/2015
Trabalhistas	579	3.037	-	3.616

b.1. Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão

A Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 20.087 (R\$ 19.237 em 2015). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial aguarda a citação para recorrer à esfera judicial.

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 10.119 (R\$ 7.989 em 2015). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 5.753 (R\$ 5.359 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.004 (R\$ 4.729 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.482 (R\$ 2.343 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 34.326 (R\$ 27.418 em 2015). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, pendente de julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de CPMF, em virtude de suposta falta de pagamento do tributo, no valor atualizado de R\$ 9.354 (R\$ 7.163 em 2015). Foram apresentadas contra razões à Câmara Superior de Recursos Fiscais, pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.218 (R\$ 4.896 em 2015). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela ING CCT.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 18.693 (R\$ 18.715 em 2015).

- c. **Obrigações legais:** representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão para Riscos Fiscais” (Nota 13). As principais obrigações referem-se à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante R\$ 24.515 (R\$23.196 em 2015), processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 15.915 (R\$ 14.775 em 2015) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 21.178 (R\$ 19.277 em 2015). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.
- d. **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão

relacionados à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante de R\$ 32.071 (R\$ 30.178 em 2015), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 22.759 (R\$ 20.719 em 2015), depósitos vinculados a Anistia R\$ 20.136 (R\$ 18.996 em 2015), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 21.803 (R\$ 19.733 em 2015), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.237 (R\$ 4.798 em 2015), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 4.798 (não havia em 2015), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 16.043 (R\$ 14.945 em 2015), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.321 (R\$ 4.896 em 2015), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.563 (R\$ 2.330 em 2015), suspensão da exigibilidade da Cofins no montante de R\$ 2.438 (R\$ 2.197 em 2015) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 3.841 (R\$ 3.491 em 2015) e dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 10.118 (não havia em 2015). O saldo remanescente de R\$ 11.189 (R\$ 9.490 em 2015) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de crédito	2.689.255	-	61.764	3.656.941	-	44.443
Empréstimos do exterior	-	2.679.099	(51.608)	-	3.654.307	(41.809)

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 10.156 (R\$ 2.634 em 2015).

Não existem operações ativas vinculadas em situação de inadimplência e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nessas operações.

17 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

Conforme Declaração/Deliberação elaborada em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 65.400 relativo ao exercício de 2016, cuja remessa foi efetuada em 30 de janeiro de 2017.

Conforme Declaração/Deliberação, realizada em 21 de janeiro de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais relativos ao lucro remanescente do exercício de 2015, cuja remessa foi efetuada em 27 de janeiro de 2016 no valor de R\$ 41.111.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$67.261 (R\$26.441 em 2015).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas a seguir:

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/16</u>
Outras provisões temporárias	24.443	132.759	(89.941)	67.261
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.998	6.047	(8.045)	-
Total	<u>26.441</u>	<u>138.806</u>	<u>(97.986)</u>	<u>67.261</u>

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2015</u>
Contribuição social - art. 18 da MP nº 2.158-35	376	-	(376)	-
Outras provisões temporárias	23.569	101.121	(100.247)	4.443
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	3.833	31.498	(33.333)	1.998
Total	<u>27.778</u>	<u>132.619</u>	<u>(133.956)</u>	<u>6.441</u>

O saldo de outras provisões temporárias é basicamente composto por provisões sobre operações de crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 55.365 (R\$ 493 em 2015) e provisões para PIS e COFINS Contingencial no valor de R\$ 9.530 (R\$ 8.675 em 2015).

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 1.940 (R\$ 21.716 em 2015).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

<u>Realização do crédito tributário</u>	<u>2016</u>
Ano-calendário 2017	34.457
Ano-calendário 2018	30.618
Ano-calendário 2019	-
Ano-calendário 2020	-
Ano-calendário 2021	<u>2.185</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>67.261</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 58.050 (R\$ 21.563 em 2015), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	(29.373)	(29.373)	145.691	145.691
(-) JCP	(65.401)	(65.401)	(52.203)	(52.203)
(-) Participações nos resultados	-	-	(1.451)	(1.451)
Resultado antes dos impostos ajustado	<u>(94.774)</u>	<u>(94.774)</u>	<u>92.037</u>	<u>92.037</u>
Adições ou exclusões temporárias	143.910	143.910	(28.983)	(28.983)
Ajuste contábil referente futuros	47.796	47.796	(35.761)	(35.761)
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	(34.661)	(34.661)	7.006	7.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.938	121.938	(958)	(958)
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	2.882	2.882	(1.250)	(1.250)
Provisão para gratificações	805	805	(75)	(75)
Outras adições e exclusões diversas	5.150	5.150	2.055	2.055
Adições ou exclusões permanentes	(150)	(150)	245	245
Compensação prejuízo fiscal/base negativa		(9.991)	-	(14.681)
Base tributável	<u>48.986</u>	<u>38.995</u>	<u>63.299</u>	<u>48.618</u>
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	(7.348)	(7.799)	(9.494)	(7.293)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(4.851)	-	(6.283)	-
Redução de imposto por incentivos	592	-	774	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>(11.607)</u>	<u>(7.799)</u>	<u>(15.003)</u>	<u>(7.293)</u>
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	(731)	(309)
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(11.607)</u>	<u>(7.799)</u>	<u>(15.734)</u>	<u>(7.602)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(34.661)	(34.661)	7.006	7.006
Provisões não dedutíveis temporariamente	126.535	121.613	(1.921)	(1.921)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	(9.991)	-	(14.681)
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	4.924	-	-
Outras diferenças temporárias	47.831	47.831	(60.894)	(60.894)
Base tributável diferida	<u>139.706</u>	<u>129.717</u>	<u>(55.809)</u>	<u>(70.490)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>34.926</u>	<u>25.670</u>	<u>(13.952)</u>	<u>(9.903)</u>
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	736	441
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>34.926</u>	<u>25.670</u>	<u>(13.216)</u>	<u>(9.462)</u>

(a) Ajuste referente a Futuros DDI do exercício de 2014.

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)	Grau de relação	2016	2015
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(455)	(7.762)
Empréstimos no exterior	Controladora	(3.875.405)	(3.253.229)
Outros créditos - câmbio	Controladora	1.439.078	915.086
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(1.498.566)	(1.343.259)
Juros sobre o capital próprio	Controladora	(55.591)	(44.410)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	(45.865)	(19.905)
Outras receitas operacionais	Controladora/ Outras partes relacion:	20.641	15.711
Despesas de depósitos a prazo	Outras partes relacionadas	-	(1)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	929.313	(753.272)
Despesa com juros sobre o capital próprio	Controladora	(65.401)	(52.203)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 4.581 (R\$ 4.044 em 2015) de remuneração fixa, e de R\$ 2.271 (R\$ 1.928 em 2015) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a. Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 184 (R\$ 577 em 2015), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

20 Informações adicionais

- a. As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 672.973 (R\$ 623.133 em 2015).
- b. A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do índice de Basileia era de, 22,6% (19,9 % em 2015).

- c.** A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 790 (R\$ 639 em 2015).
- d.** Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 6.685 (R\$ 6.045 em 2015), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 2.742 (R\$ 2.481 em 2015), aluguéis R\$ 3.787 (R\$ 3.581 em 2015), serviços técnicos especializados R\$ 5.204 (R\$ 3.851 em 2015), serviços de terceiros R\$ 1.790 (R\$ 2.732 em 2015), despesas com comunicação R\$ 1.105 (R\$ 1.214 em 2015) e despesa com manutenção e conservação R\$ 1.445 (R\$ 1.419 em 2015).
- e.** Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 20.798 (R\$ 13.678 em 2015), e atualização de depósitos judiciais R\$ 10.753 (R\$ 9.943 em 2015).
- f.** Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 6.384 (R\$ 5.864 em 2015).